

© Eunice Ribeiro Durham, 2004
© Omar Ribeiro Thomaz, 2004
© Cosac Naify, 2004

Coordenação editorial
FLORENCIA FERRARI

Preparação
RAFAEL MANTOVANI

Projeto gráfico
RAUL LOUREIRO

Composição e capa
JUSSARA FINO

Ilustração da capa
EMMANUEL NASSAR

Foto da ilustração da capa
EDUARDO ORTEGA

Foto da autora
WALTER CRAVEIRO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Durham, Eunice R.
A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia / Eunice
Ribeiro Durham; organização de Omar Ribeiro Thomaz;
prefácio de Peter Fry. — São Paulo: Cosac Naify, 2004.

Bibliografia.
ISBN 85-7993-365-4

1. Antropologia 2. Antropologia social 3. Cultura
4. Mudança social 5. Pesquisa antropológica 6. Primitologia
I. Thomaz, Omar Ribeiro II. Fry, Peter. III. Título.

04-6394

CDD-301

Índices para catálogo sistemático: 1. Antropologia: Ensaios 301
2. Dinâmica da cultura: Antropologia: Sociologia 301

COSAC NAIFY
Rua General Jardim, 770, 2º andar
01223-010 – São Paulo SP
Tel [55 11] 3218-1444
Fax [55 11] 3257-8164
www.cosacnaify.com.br

Atendimento ao professor: [55 11] 3218-1466

151

A dinâmica cultural na sociedade moderna*

Para introduzir este tema, creio ser oportuno retomar alguns aspectos dos conceitos de cultura e de dinâmica cultural. Isso me parece necessário porque sua utilização por sociólogos e cientistas políticos em análises recentes, especialmente aquelas voltadas para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, tem se caracterizado freqüentemente por uma aplicação inadequada, que implica uma reificação.

A reificação resulta de uma redução inicial do conceito de cultura a seu conteúdo normativo, e consiste na atribuição subsequente de uma autonomia excessiva aos componentes culturais da vida social. A cultura passa a ser tratada como uma "variável" que possui o mesmo "nível de realidade" de outras "variáveis", como a industrialização, a urbanização etc. Como entidades independentes tais "variáveis" atuam umas sobre as outras, criam obstáculos à mudança e realizam diversas outras proezas.

Em sua forma menos sofisticada, essa abordagem aparece freqüentemente nas análises da chamada "teoria da modernização". Nesta concepção, os fenômenos culturais apresentam dois tipos de atuação diferentes. De um lado, sob a forma de "padrões tradicionais", suscitam lealdades irracionais, em aberto conflito com as tendências dinâmicas da sociedade. Os indivíduos manifestariam em relação a esses padrões, adquiridos no passado, o mesmo tipo de apego que velhas solteironas demonstram para com cãesinhos de estimação, e que implicam a sua conservação mesmo diante da demonstração cabal (por parte dos estudiosos) de sua inadequação para fazer face ao mundo moderno.

De outro lado, no chamado "efeito de demonstração", os padrões culturais se assemelham mais a doenças contagiosas como o sarampo ou a escarlatina. Expostos a atitudes, valores e objetos de consumo de sociedades desenvolvidas, as pessoas "contraem", de modo igualmente

* Publicado originalmente em *Ensaio de Opinião* 2+2. Rio de Janeiro: 1977.

irracional, expectativas e hábitos que estão em desacordo com as possibilidades efetivas de sua satisfação permanente por parte do sistema produtivo.

De forma menos caricatural, a mesma percepção permeia muitas das análises sobre comportamento político e atividade sindical, que tendem a atribuir à origem rural (relacionada obviamente à preservação dos mesmos "padrões tradicionais") uma real ou suposta inadequação no comportamento de determinadas camadas urbanas em face dos problemas criados pelo processo de industrialização. A origem rural é assim responsabilizada pela fraqueza do sindicalismo, pela baixa produtividade da indústria e mesmo pela ausência de uma consciência de classe.

A "cultura" aparece, nesta perspectiva, como um fenômeno essencialmente irracional, e a dinâmica cultural se reduz a um processo indutivo de ressocialização que removeria os obstáculos representados pela existência de padrões culturais inadequados ao desenvolvimento satisfatório da sociedade.

Obviamente, não é minha intenção negar a existência de padrões culturais tradicionais ou de valorização do passado. A questão é que a constatação da persistência desses padrões (ou, seu contrário, a valorização do "novo" e do "moderno") não constitui *explicação* de nenhum fenômeno social, mas eles próprios são fenômenos que devem ser explicados na análise do processo de transformação social. Há muitos anos que os antropólogos destruíram a ilusão do valor explicativo do conceito de sobrevivência cultural. Padrões culturais sobrevivem na medida em que persistem as situações que lhes deram origem, ou alteram seu significado para expressar novos problemas.

Na verdade, o que quero criticar é uma concepção na qual a cultura aparece como um *produto* e se abandona a explicação do modo pelo qual é *produzida*, perdendo-se assim toda a possibilidade de uma análise frutífera da dinâmica cultural.

Retomando o problema dessa nova perspectiva, é necessário de início mostrar de modo mais adequado a relação entre ação e representação, relação esta que permeia necessariamente toda a discussão sobre a natureza da dinâmica cultural.

Um reexame dos clássicos da antropologia culturalista, tanto em sua linha americana, que elaborou a noção de padrão cultural (e também a de *ethos*), como na variante inglesa, com Malinowski e seu conceito de instituição, revela claramente que a noção de cultura parte do

estabelecimento de uma unidade fundamental entre ação e representação, unidade esta que está *dada* em todo o comportamento social. Nesse sentido, padrões ou instituições não são simplesmente "valores", mas ordenações implícitas na ação e que só secundariamente podem vir a ser formuladas explicitamente como regras ou normas. Apresentam-se portanto como noções essencialmente sintéticas, pois se referem simultaneamente à ação e ao seu significado, englobando necessariamente aspectos cognitivos e valorativos. Presos a uma ordenação real da conduta, ou melhor, constituindo uma lógica própria da conduta real, não podem ser dissociados da ação à qual dão forma e significado.

A elaboração desta "lógica da conduta" sob a forma de mitos e de teorias, ou ideologias explícitas e coerentes, se constitui portanto como um *produto* que, como o trabalho morto na concepção de Marx, só possui eficácia na medida em que é acionado pelo trabalho vivo, isto é, absorvido e recriado na ação social concreta. A cultura constitui portanto um processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda prática humana.

Nesse sentido, toda a análise de fenômenos culturais é necessariamente análise da dinâmica cultural, isto é, do processo permanente de reorganização das representações na prática social, representações estas que são simultaneamente condição e produto desta prática.

É esta conceituação da dinâmica cultural que permeia toda boa etnografia e constitui o fundamento da riqueza e constante originalidade da investigação etnográfica. Nesse tipo de investigação, voltado para as sociedades ditas primitivas, os padrões culturais são inferidos a partir da observação direta do comportamento, e das explicações que são apresentadas pelos "nativos", o que garante, de início, a apreensão da relação entre ação e representação e é facilitado pela relativa uniformidade cultural, indiferenciação social e redução demográfica.

A dificuldade na aplicação do mesmo método em nossa sociedade reside, basicamente, em sua inadequação para lidar com o tipo e o grau de heterogeneidade cultural que lhe é própria.

A análise da cultura de uma formação social exige uma reconstrução da realidade, que é elaborada a partir da consciência que dela têm os portadores da cultura. Sem se ater, obviamente, aos aspectos conscientes da conduta, é através deles, em sua relação com o comportamento manifesto, que a cultura pode ser reconstruída. O trabalho de

pesquisa se processa, portanto, no nível da investigação do comportamento real de grupos concretos.

Ora, todas as vezes em que as forças sociais objetivas que moldam o processo histórico se encontram distantes, não apenas da percepção mas inclusive da própria capacidade de ação ou manipulação por parte dos grupos ou de categorias sociais analisados, a análise culturalista encontra dificuldades quase insuperáveis para reconstruir a totalidade da qual a realidade que estuda é apenas parte. Presa à particularidade e parcialidade das manifestações culturais de grupos específicos, a análise culturalista perde a capacidade de compreender os mecanismos através dos quais essas particularidades são engendradas. Em outras palavras, a superação do impasse em que se encontra a investigação antropológica depende de sua capacidade, não apenas de constatar e descrever a heterogeneidade cultural, mas de explicar o modo pelo qual ela é produzida socialmente. Cabe então tentar explicar a natureza do próprio processo de heterogeneização.

Devemos partir, por conseguinte, da constatação da existência, em nossa sociedade, de uma heterogeneidade cultural produzida por uma diferenciação das condições de existência, que se prende à estrutura de classe e resulta da reprodução de um modo de produção. Mas deve-se considerar também que esta diversidade está permeada, por sua vez, por distinções regionais associadas a peculiaridades de recursos naturais e a condições demográficas e históricas particulares que lhe dão conteúdos e formas específicas.

Obviamente, esse tipo de heterogeneidade não é exclusivo de nossa sociedade, mas caracteriza todo o processo que podemos chamar de civilizatório. No passado, entretanto, essas distinções podiam se manifestar em termos de subculturas relativamente coerentes e autônomas. A existência de uma cultura erudita própria das classes dominantes não impedia a elaboração de sistemas culturais populares, frequentemente dependentes de formas de comunicação não escritas, onde padrões de comportamento e representações simbólicas desenvolvidas por grupos relativamente homogêneos refletiam com precisão o modo pelo qual cada um deles vivia sua condição de dominado. O folclore rural, a cultura própria de grupos de ofício ou mesmo de bairros operários exemplificam esta situação. É claro que essa autonomia cultural só se desenvolve dentro de certos limites estabelecidos pela necessidade de manutenção de uma estrutura de dominação, isto é, só é tolerada na

medida em que é compatível com ela. Mesmo assim as classes sociais, corporificadas em grupos espacial e socialmente segregados, desenvolviam, através de seus próprios membros, *produtos* culturais específicos nos quais se expressava sua experiência coletiva, incorporada num "imaginário" social próprio.

Nessas condições, a relativa autonomia desses modos de vida, a coerência interna entre padrões de ação e de representação elaborados simultaneamente pelos agrupamentos sociais na sua prática cotidiana, permitiam uma análise da cultura em termos antropológicos tradicionais. Mesmo deixando de lado o esclarecimento das forças objetivas que, no nível da formação social em seu conjunto, produzem as condições nas quais a heterogeneidade se produz e reproduz, a análise culturalista permite apreender o modo pelo qual essas forças são vividas e percebidas pelos agrupamentos sociais concretos. Assim é que o estudo de comunidades, especialmente as camponesas, ou de minorias étnicas, especialmente as segregadas em guetos, foi compreendido com bastante sucesso pelos antropológicos.

Mas a análise da dinâmica cultural da sociedade moderna implica outro tipo de problema, na medida em que ela se caracteriza pela destruição das barreiras que, ainda no século XIX, permitiam a elaboração de subculturas de classe relativamente autônomas. Os fenômenos conhecidos sobre a rubrica de "cultura de massa" constituem a manifestação mais aparente desta tendência.

Neste caso, não se trata simplesmente da divisão no trabalho social que separa o trabalho manual do intelectual e cria instituições especializadas na elaboração de produtos culturais: ciência, arte, ideologia. Trata-se de uma "indústria cultural" cuja função consiste explicitamente em difundir, para o conjunto da população, produtos culturais elaborados por especialistas e, implicitamente, padrões cognitivos, estéticos e éticos que lhes são subjacentes.

A questão importante a considerar aqui é que há uma pretensão de uniformização que, sem destruir os fundamentos do processo de diversificação cultural, ancorados em diferentes condições concretas de existência resultantes do próprio modo de produção, sobrepe-se a esta heterogeneidade real em termos de uma manipulação puramente simbólica.

A análise do significado destas instituições especializadas na elaboração e difusão de produtos culturais deve ser feita retomando-se o problema da relação entre o produzir e o produto. Em primeiro lugar, há

que se eliminar a concepção simplista que opõe os consumidores aos produtores de cultura em termos de uma aceitação puramente passiva, por parte do público, de um material que lhe é impingido de fora. De um lado, porque os produtores têm que considerar, para a eficácia da mensagem, os gostos, preferências e valores da população à qual se dirigem, necessidade esta que reintroduz uma heterogeneidade nos produtos culturais oferecidos em termos do público que pretendem atingir. De outro lado, porque estes “produtos” não constituem uma criação cultural original e inovadora mas, frequentemente, simples reordenação de imagens, símbolos e conceitos presentes na cultura popular ou erudita. Retirados de seu contexto original, perdem necessariamente muito de seu significado e podem ser assim manipulados para compor novos conjuntos, cuja amplitude de alcance parece estar diretamente condicionada ao empobrecimento prévio de seu conteúdo. E, finalmente, porque esses “produtos” assim apresentados têm que ser ativados pela sua incorporação ao comportamento dos indivíduos, e nesse processo sofrem necessariamente uma seleção, reordenação e mesmo transformação de significado que podem implicar, inclusive, um enriquecimento, pela atribuição de novos conteúdos ao material simbólico. Ao lado, portanto, da produção cultural, há um processo amplo de reelaboração de significados em que volta a atuar a heterogeneidade produzida pelo próprio funcionamento da estrutura social.

É necessário considerar também outro aspecto, igualmente fundamental para a análise da dinâmica cultural, que ocorre quando o grupo que reelabora e utiliza o produto cultural acabado é diferente daquele que o produziu. Estando a distinção entre produtores e consumidores de cultura presa a uma distinção de classe, a relação entre eles assume necessariamente uma conotação política, isto é, ela tem implicações em termos de poder. Com isso queremos dizer que, na medida em que a chamada cultura de massa constitui uma tendência homogeneizadora que se sobrepõe às diferenças reais fundadas numa distribuição desigual do trabalho, da riqueza e do poder, e se processa, portanto, no plano exclusivamente simbólico, todo o problema da dinâmica cultural se projeta na esfera das ideologias e tem que levar em consideração seu significado político.

As manifestações de heterogeneidade cultural, neste contexto, não podem mais ser tratadas como simples diferenças — como manifestações equivalentes (tanto do ponto de vista ético como do científico) de uma

mesma capacidade humana criadora — posição esta que constituiria pressuposto básico da antropologia na medida em que analisava realidades culturais autônomas, produtos de processos históricos independentes. Neste novo contexto, as diferenças culturais aparecem não como simples *expressão* de particularidades de modo de vida, mas como manifestação de oposições ou aceitações que implicam um constante reposicionamento dos grupos sociais na dinâmica das relações de classe.

A dinâmica da transformação cultural se dá pois, em grande parte, no contexto de “cultura de massa”, como um processo constante de reelaboração cultural dos produtos oferecidos ou impostos pela indústria cultural e pelos outros “aparelhos ideológicos” do Estado, especialmente a escola, por parte de categorias sociais diversas que vivem de modo particular sua situação de classe. O acesso desigual às informações, assim como às instituições que asseguram a distribuição de recursos materiais, culturais e políticos, promove uma utilização diferencial do material simbólico no sentido não só de expressar peculiaridades das condições de existência, mas de formular interesses divergentes.

Dessa forma, um conjunto de temas e problemas precisa ser mais desenvolvido na investigação e na reflexão antropológicas, de modo que nos permitam entender o contexto cultural mais amplo, dentro do qual os grupos sociais estudados constroem e reformulam suas representações e suas práticas. Refiro-me, particularmente, aos aspectos propriamente políticos da dinâmica cultural, à indústria cultural, sua utilização e re-interpretação por parte do público; à eficácia e ineficácia da escola, com os problemas correlatos do insucesso, repetência e evasão escolar.